



Moque Sof

Ata da reunião ordinária de Assembleia Municipal realizada a 29 de abril de 2014

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e catorze, pelas vinte e uma horas, realizou-se no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo, convocada pela sua Presidente, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1º. Ponto – Criação do Conselho Municipal de Educação e Eleição do Presidente de Junta de Freguesia para o Conselho Municipal de Educação
- 2º. Ponto – 1ª. Revisão Orçamental/2014
- 3º. Ponto – Retificação à Tabela de Taxas e Licenças
- 4º. Ponto – Autorização Prévia/Compromissos Plurianuais
- 4.1 – Aquisição de serviços na área dos seguros
- 4.2 – Fornecimento de energia elétrica em Baixa Tensão Normal(BTN), Baixa Tensão Especial (BTE) e Média Tensão (MT)
- 5º. Ponto – Proposta de Prestação de Contas e Aplicação de Resultados Líquido do Exercício de 2013
- 6º. Ponto – Proposta de Alteração da Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (Avenida/Antigo Campo da Feira)
- 7º. Ponto – Informação da Atividade da Câmara Municipal

Deu início aos trabalhos a Sra. Presidente da Assembleia Municipal, cumprimentando todos os presentes.

De seguida, a mesa procedeu à chamada verificando-se a presença dos seguintes eleitos:

António Joaquim da Silva Danado, António Luis Pinto Xavier, António Manuel Bernardo Fitas, Augusto Francisco Rebotim Pascoal, Beatriz Maria Varela Maltês da Visitação, Celeste de Jesus General Leirias, Dário Miguel Tregeira Coelho, Guilherme Tomás Cebola de Almeida Franco, Joaquim Alberto Vidigal Galvão, Joaquim Isidoro Miguéns D'Abreu Bastos, José Carlos das Dores Zorrinho, José Maria Barroso Fernandes, José Vicente Grulha, Manuel António Coelho, Maria Helena Coelho Sabino Salvaterra, Orlando Manuel Beldroega, Paula Cristina Pinto Martins, Paulo Dinis Nabais Arrifes, Pedro Manuel Pinto Bento, Rui Fernando Benavente Páscoa, Sandra Cristina Esperança Matias, Sílvia Cristina Gomes Soares, Sónia Cristina S. dos Ramos, Susana do Carmo Cortiçadas Picanço, Telmo Filipe Marques Caldeira e Vitalina da Conceição Pavia Roque Pires Sofio.

Estiveram ausentes desta sessão os Srs. Alexandre Júlio Vinagre Pirata e Duarte Manuel Vicente da Luz, tendo ambos apresentado as respetivas justificações.

Estiveram ainda presentes nesta reunião, a Sra. Presidente da Câmara Municipal, Dr^a. Hortênsia Menino, as Sras. Vereadoras Susana Mendes e Palmira Catarro e os Srs. Vereadores António Pinetra, João Marques, Henrique Lopes e Olímpio Galvão.

Voltou a usar da palavra a Sra. Presidente da Assembleia, para informar todos os membros que desejem que o pagamento das senhas de presença seja efetuado através de transferência bancária e caso ainda não tenham comunicado essa intenção aos serviços da Assembleia, o poderão fazer até ao final da sessão.

De seguida foi colocada à votação a proposta de ata da sessão realizada a treze de setembro de dois mil e treze, sobre a qual foi apresentada uma única proposta de alteração, pelo eleito Manuel Coelho, a qual compreendia propostas de alteração em três parágrafos distintos. Após a sua análise, a mesa decidiu aceitar uma das propostas e recusar as restantes duas, dado que se tratavam de alterações à intervenção do Sr. Vereador António Adriano e não do próprio (Sr. Manuel Coelho), entendendo-se que a proposta de ata corresponde ao sentido da intervenção e a proposta de alteração pretende registar as palavras tal qual foram proferidas, o que não se exige numa ata.

De seguida, a Sra. Presidente colocou à discussão a referida proposta de ata, com a introdução da alteração proposta pelo eleito Manuel Coelho.

Pedi a palavra a Sra. Presidente da Junta de Freguesia do Ciborro, informando que em conjunto com o eleito Manuel Coelho, estiveram nos serviços da Assembleia Municipal, após a devida solicitação, onde ouviram a gravação da sessão e uma vez que a mesma não foi totalmente aceite, solicitou que pudesse fazer a leitura da proposta de alteração, na íntegra, no sentido de dar conhecimento da mesma, a todos os membros.

Após a concordância da Sra. Presidente da Assembleia, foi apresentada a proposta de alteração, a qual se transcreve de seguida:

“Na página 7, linha 18 - Onde se lê: “disse que alguns trabalhos que aparecem no Auto de Medição não estão realizados, se assim for, tudo será devidamente corrigido, quando for feito o encerramento de contas da empreitada.

Deve ler-se: “disse que alguns trabalhos que aparecem no Auto de Medição não estão realizados, é verdade, não tenho problemas em afirmar isso, depois será corrigido no final da obra.

Na linha 21 - Onde se lê: “Só serão pagos os trabalhos executados, sendo feito um auto de correção de autos anteriores, se assim se justificar, porque não se pagam trabalhos que não tenham sido executados”

Deve ser retirado, pois o Sr. Vereador não proferiu estas palavras.

Na linha 26 - Onde se lê: “Ora, isto é normal em todas as obras, onde se justifique, portanto reafirmou “que não serão pagos trabalhos que não foram executados”.

Deve ler-se: “Ora, isto é costume em todas as obras, vai-se esgotando as verbas de todos os artigos e rubricas para se ir procedendo à faturação e posteriormente acertar-se.”

Logo após, foi colocada à votação a referida proposta de ata, de acordo com o documento distribuído, sendo a mesma rejeitada por maioria, com dez votos contra do PS e PSD, oito votos a favor da CDU e oito abstenções da CDU e CDS-PP.

Interveio de novo a Sra. Presidente da Assembleia para informar que este documento, poderá ser colocado à votação, na próxima sessão.

Ainda sobre o assunto em debate, o eleito Joaquim Galvão referiu que os eleitos pelo PS decidiram votar contra, como protesto pelo fato de não ter sido facultado o CD contendo uma cópia da gravação da sessão, conforme tinham solicitado, apresentando de seguida uma declaração, a qual se transcreve:

“Os eleitos à Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo pelo Partido Socialista, votaram contra a aprovação da ata de treze de setembro de 2013, em virtude de terem apresentado um pedido de alterações à mesma, que não foi considerado na sua totalidade pela Sra. Presidente da Assembleia.

No pedido de alterações, foram transcritas as frases que correspondem exatamente ao proferido pelo Sr. Vereador Pinetra na mesma sessão.

Considerando que esta não espelha o que aconteceu na mesma, o que pode ser confirmado pela gravação existente, os membros eleitos do partido Socialista não podem aprovar um documento que não transcreve toda a verdade e omite frases que são de todo importantes para memória futura deste Órgão.”

Ainda no uso da palavra, o mesmo eleito, solicitou que seja reconsiderada a possibilidade de distribuição de uma cópia da gravação, a cada uma das forças políticas representadas na Assembleia Municipal. Referindo ainda que as gravações das sessões, pelo que tem conhecimento, são destruídas posteriormente à aprovação das atas.

Pediu a palavra de seguida, o eleito António Xavier para apresentar uma declaração de voto, a qual se transcreve de seguida:

“Eu, António Luis Pinto Xavier, decidi abster-me da votação da ata em causa uma vez que não era membro da Assembleia à data. No entanto, espero que o problema levantado pelo Deputado Joaquim Galvão e a restante bancada do Partido Socialista seja resolvido em nome da transparência na gestão política e administrativa do nosso Concelho.”

Pediu a palavra a eleita Sónia Ramos para perguntar se as gravações das sessões são efetivamente destruídas.

Em resposta às questões colocadas, a Sra. Presidente da Assembleia Municipal informou que procurou obter opinião jurídica, cujo parecer está na pasta da correspondência, para consulta. Referiu ainda que as gravações servem apenas como meio de apoio à elaboração das atas, as quais não têm necessariamente que ser a transcrição integral do que é dito. Se algum dos membros manifestar essa intenção, a sua intervenção será transcrita integralmente.

Pediu a palavra de seguida o eleito Sr. Carlos Zorrinho dizendo não compreender porque não foram aceites as propostas de alterações apresentadas pelo Sr. Manuel Coelho, uma vez que ele afirma que foram frases que ouviu na gravação.

O eleito José Grulha pediu a palavra para referir que considera não ser correto que por parte de qualquer eleito sejam colocadas propostas de alteração a intervenções que não sejam do próprio.

Foi de seguida colocada à votação a proposta de ata da sessão realizada no dia catorze de fevereiro de dois mil e catorze, a qual foi aprovada por unanimidade, com duas abstenções.

Deu-se início ao período antes da ordem do dia, tendo o eleito Sr. Augusto Pascoal pedido para intervir para dar conhecimento que foi aprovado por unanimidade em reunião de Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Cortiçadas de Lavre e

Lavre, do passado dia doze de abril, um voto de protesto e após verificar que o mesmo não terá sido ainda enviado à Assembleia Municipal, solicita autorização para apresentar o documento, o qual se transcreve de seguida:

“Os eleitos por todas as forças políticas representadas na Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre, reunida em sessão ordinária no dia 12 de abril de 2014, pelas 18:00h, consideram de extrema gravidade a situação em que se encontra o cemitério de Cortiçadas de Lavre, por estar quase lotado, a deterioração das estradas municipais nº.507 e nº.530, que ligam o Caborro a Lavre e o Alto da Mata à Pitamariça, que apresentam elevada perigosidade e a ETAR de Cortiçadas de Lavre, provocada por avarias sistemáticas nos equipamentos e por ser manifestamente insuficiente para servir a população local.

Os membros da Assembleia de Freguesia dão igual prioridade à necessidade de se dotar Lavre de uma ETAR, há muitos anos desejada e prometida, que sirva a população. Reforçamos a posição relativamente a ambas as ETAR, por, num caso e no outro, estar ameaçada a saúde pública das populações.

No caso das entradas mencionadas, para além da iminente sinistralidade, há que assinalar o entrave que significam relativamente à presença e instalação de empresas e conseqüente empregabilidade de que as populações locais tanto carecem.

O presente voto de protesto, após aprovação, será endereçado às Senhoras Presidentes da Assembleia da República, da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo.”

Acrescentou ainda, que na última visita da Sra. Presidente da Câmara à União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre, ele próprio a interrogou sobre as questões referidas. Relativamente ao Cemitério de Cortiçadas de Lavre a Sra. Presidente respondeu que o assunto está a ser tratado pelos serviços do Município, quanto ao início das obras de pavimentação nas referidas estradas, informou que não está prevista em orçamento para dois mil e catorze.

Afirmou ainda, o mesmo eleito, ter conhecimento, que parte da população pode não votar nas próximas eleições para o Parlamento Europeu, como sinal de protesto pela falta de resolução destes problemas.

Interveio de seguida, o eleito Carlos Zorrinho para felicitar a Sra. Presidente da Assembleia pela qualidade da sessão comemorativa alusiva aos quarenta anos do vinte e cinco de abril. Referiu de seguida que irá reformular o pedido de informação solicitada à Câmara Municipal, no que se refere a subsídios atribuídos a entidades sindicais, pois considera inaceitável a resposta recebida.

Ainda no período antes da ordem do dia, pediu a palavra a eleita Sra. Sónia Ramos tendo também ela felicitando a Sra. Presidente da Assembleia pela forma como decorreu a sessão comemorativa no dia vinte e cinco de abril. Ainda no uso da palavra a eleita apresentou um voto de pesar em homenagem a Vasco Graça Moura, o qual foi aprovado por unanimidade e se transcreve de seguida:

“A Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo expressa o seu profundo pesar pela morte de Vasco Graça Moura, destacado membro da vida intelectual e política portuguesa, tornou-se um dos maiores vultos da literatura portuguesa da segunda metade do século XX, granjeando um merecido e muito significativo conjunto de prémios e distinções.

Vasco Graça Moura

Paralelamente à sua atividade de escritor, Vasco Graça Moura, licenciado em direito, exerceu advocacia (1968-76), ocupou diversos cargos institucionais, e tem sido, nos últimos trinta anos, um intelectual ativo. Designadamente fez parte (1974-75) da primeira comissão administrativa nomeada para a Câmara do Porto a seguir ao 25 de Abril; foi eleito, nas listas do PPD, deputado à Assembleia Constituinte (1975-76); integrou dois governos provisórios, na qualidade de Secretário de Estado da Segurança Social (IV Gov.) e de Secretário de Estado dos Retornados (VI Gov.); foi Diretor do 1.º Canal da RTP (1978); dirigiu, durante cerca de dez anos (1979-88), a Imprensa Nacional Casa da Moeda, onde deu um impulso decisivo ao sector editorial e patrocinou a edição portuguesa da enciclopédia Einaudi; participou da task force para a reeleição do General Eanes (1980); foi vice-presidente do PEN Clube (1982-84); fez parte do Conselho Geral da Comissão Nacional da UNESCO (1983-87); liderou o «Movimento Contra o Acordo Ortográfico» (1986), foi nomeado representante de Portugal, no Comité Europeu do Conselho da Europa, para a Campanha Norte-Sul (1987); presidiu à comissão executiva das comemorações do centenário de Fernando Pessoa (1988); presidiu à Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (1988-95); foi Comissário de Portugal para a Exposição Universal de Sevilha (1992); dirigiu a revista Oceanos até 1995; diretor da Fundação Casa de Mateus e membro do conselho consultivo da Fundação Luso-Americana.

Portugal perde um dos seus maiores portugueses, defensor incansável da língua e cultura portuguesas.

Sempre ao serviço da causa pública, Vasco Graça Moura foi também um extraordinário gestor público, dedicando-se a um vasto conjunto de cargos de carácter cultural.

Entre muitas outras realizações, o seu nome ficará para sempre ligado à Expo 98, um dos maiores eventos jamais realizados em Portugal, fruto também da sua visão e do seu empreendedorismo.”

De seguida a Sra. Presidente da Assembleia deu a palavra ao eleito Sr. António Xavier que deu início à sua intervenção dando conhecimento de um problema, do qual teve informação através do Centro de Saúde, associado à saúde pública e relacionado com a água das piscinas cobertas da cidade, que segundo ele está a afetar muitos jovens. Solicitou ainda informação sobre qual a melhor forma de obter alguns esclarecimentos sobre o modo de funcionamento do Cartão Mor Solidário.

Ainda no uso da palavra, o mesmo eleito apresentou uma recomendação à Câmara Municipal sobre a criação do Conselho Municipal da Juventude, a qual se transcreve de seguida:

“Exma. Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo

O CDS-PP de Montemor-o-Novo, está empenhado em promover a participação da Juventude nas tomadas de decisão políticas que lhe digam respeito e neste sentido, entende crucial e imperioso a criação do Conselho Municipal da Juventude, criado pela lei 8/2009 de 10 de Fevereiro.

Através da Juventude Popular de Montemor-o-Novo, foi já solicitado à Câmara Municipal, mais concretamente ao anterior Executivo, a instituição deste Conselho Municipal da Juventude, como prescreve o nº2 do Artº. 27 da Lei 8/2009 de 18 de Fevereiro, o que veio a ser negado por alegadas desconformidades da Lei. Todavia com as alterações introduzidas pela Lei 6/2012, os apontados obstáculos foram, no nosso

entender, afastados estando atualmente reunidas as condições para se avançar com a criação do Conselho Municipal da Juventude. Assim e:

- Considerando que é de extrema importância a participação ativa e dinâmica dos JOVENS na vida política do seu Concelho;*
- Considerando que só participando se exerce a verdadeira cidadania e se dá com tal exercício, mais força às liberdades que ABRIL nos deu;*
- Considerando ainda que em Democracia a todos deve ser concedido o uso da palavra para defender os seus interesses e por último*
- Considerando que a criação deste Conselho vem até de encontro aos objetivos traçou nas grandes "Opções do Plano para 2014", designadamente quando afirma pretender "Promover a Democracia Participada" e "Apoiar a Juventude".*

Entende o CDS-PP DE Montemor-o-Novo estarem reunidas as condições para a instituição do Conselho Municipal da Juventude, pelo que

Propõe a esta Assembleia, através de V. Exa., se digne aprovar uma recomendação à Câmara Municipal de Montemor-o-Novo recomendando que promova todas as diligências necessárias à concretização e criação do Conselho Municipal da Juventude de Montemor-o-Novo, em obediência ao que na Lei supra citada vem prescrito tendo sempre presente que "O conselho municipal de juventude é o órgão consultivo do município sobre matérias relacionadas com a política de juventude".(cit. Artº. 2º. Da Lei 8/2009 de 18 de Fevereiro) e, acrescentamos nós, que a sua criação permitiria uma maior inclusão dos jovens na vida cívica e política do nosso Concelho em benefício de todos. Nos nossos dias é imperioso que se pense o Futuro do Concelho, com os Jovens, é por isso que o CDS-PP de Montemor-o-Novo acredita que a criação do Conselho Municipal da Juventude é um passo rumo ao futuro!

Por último queremos saudar o "25 de Abril" que há dias celebrámos, bem como o "1º de Maio" que se aproxima, dois grandes marcos da Democracia.

Sobre o tema da recomendação apresentada pediu a palavra o eleito António Danado para saudar e subscrever o documento. Felicitou ainda o eleito pelo Centro Democrático Social pela saudação que apresentou ao 25 de Abril e 1º de Maio. Referiu, por último, que a bancada da CDU votará favoravelmente o documento.

Interveio de seguida o eleito Pedro Bento, para afirmar que também a bancada do PS subscreve a recomendação apresentada, salientando a importância da criação do Conselho Municipal da Juventude, para dar voz aos jovens.

Retomou a palavra a Sra. Presidente da Assembleia para colocar à votação o documento em discussão, o qual foi aprovado por unanimidade.

De seguida, deu a palavra à eleita Sra. Helena Sabino, Presidente da Junta de Freguesia do Ciborro, a qual solicitou um esclarecimento sobre quais os trabalhos que terão sido executados, na freguesia do Ciborro, por parte do Município, na semana entre sete e catorze de abril, dos quais resultaram muitas reclamações por parte dos moradores. Referiu também que o executivo não teve qualquer tipo de informação sobre as referidas obras e que em situações futuras sejam previamente comunicadas as intervenções, na área da freguesia.

No uso da palavra, a Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Cabrela afirmou concordar com a intervenção da eleita Helena Sabino, pois considera muito importante que a Junta de Freguesia tenha conhecimento das obras em curso, para que possa também esclarecer os seus fregueses.

169 usof

Ainda no uso da palavra, a referida eleita apresentou uma Declaração Evocativa do 25 de Abril de 1974, em nome da bancada do PS, a qual se transcreve de seguida:

“Se há um dia que representa, na história coletiva, a força de um povo, esse dia é o 25 de abril de 1974. Passam já 40 anos, mas a coragem de um grupo de militares e a vontade de mudança de um povo não estão ainda esquecidas. Nem poderiam estar! Nesse dia, Portugal pôde começar a fazer do voto livre e universal uma afirmação de Liberdade.

Nesse dia, Portugal abriu caminho para a Democracia, já anteriormente tentada noutros períodos da nossa história, mas nunca antes verdadeiramente concretizada.

Nesse dia, Portugal abriu caminho para a concretização do Serviço Nacional de Saúde.

Nesse dia, Portugal pôde começar a construção de uma sociedade em que o acesso à educação pública passou a ser um dos pilares fundamentais da Igualdade.

Nesse dia, Portugal pôde também iniciar a construção de um ideal de Estado Social, em que todos os cidadãos vissem assegurados um conjunto de garantias de bem-estar social, em nome da Fraternidade. Muitas outras áreas poderiam ser referidas, mas o mais importante, à laia de resumo, é que podemos afirmar, sem qualquer sombra de dúvida, que a denominada “Revolução dos Cravos” é uma conquista de Portugal e dos Portugueses que nunca será demais assinalar e enaltecer.

Muito poderia agora ser referido sobre a forma como as políticas do atual Governo, da maioria PPD-PSD e CDS-PP, estão a colocar em causa muitas das conquistas de abril.

Mas porque o momento é de celebração, deixemos esse fato de lado por ora, pois a história se encarregará de julgar os responsáveis por um retrocesso civilizacional e social sem precedentes na nossa história.

Importa, isso sim, enaltecer uma vez mais todos aqueles que de alguma forma contribuíram para a concretização do 25 de abril de 1974: militares, civis, democratas, antifascistas, todos aqueles que entenderam que era chegada a altura de dizer “basta!” a uma ditadura que corroía a dignidade, a determinação e o orgulho de Portugal e dos Portugueses.

Todas as palavras que possamos escolher poderão não ser suficientemente brilhantes para descrever a importância daquele dia, pelo que nada como usar aqui as palavras de um dos Grandes da nossa poesia, o poeta Manuel Alegre, com o seu poema “Abril de Abril”:

*Era um Abril de amigo Abril de trigo
Abril de trevo e tréguas e vinho e húmus
Abril de novos ritmos novos rumos.*

*Era um Abril comigo Abril contigo
Ainda só ardor e sem ardil
Abril sem adjetivo Abril de Abril.*

*Era um Abril na praça Abril de massas
Era um Abril na rua Abril a rodos
Abril de sol que nasce para todos.*

*Abril de vinho e sonho em nossas taças
Era um Abril de clava Abril em acto*

Em mil novecentos e setenta e quatro

*Era um Abril viril Abril tão bravo
Abril de boca a abrir-se Abril palavra
Esse Abril em que Abril se libertava.*

*Era um Abril de clava Abril de cravo
Abril de mão na mão e sem fantasmas
Esse Abril em que Abril floriu nas armas.”*

Viva o 25 de abril! Viva Portugal!”

Pediu para intervir de seguida, a eleita Sra. Beatriz da Visitação, começando por saudar o 1.º de Maio e de seguida dando conhecimento a todos os presentes de uma situação lamentável, relacionada com a suspensão do pagamento de uma pequena pensão que lhe foi atribuída como complemento à sua pensão de sobrevivência, nomeadamente a uma idosa, que neste momento tem que tentar “sobreviver” com uma pensão de cento e cinquenta euros. Já tentou ela própria averiguar junto da Segurança Social, tanto pessoalmente como via telefone, não conseguindo obter qualquer resposta concreta. Até hoje a referida idosa não recebeu qualquer informação, por parte da Segurança Social, sobre qual o verdadeiro motivo da referida suspensão. Na sua opinião, e passados que estão quarenta anos sobre o 25 de abril, é com muita tristeza que reconhece que situações idênticas a esta são uma realidade nos nossos dias.

Sobre o assunto apresentado, pediu para intervir a eleita Sra. Sónia Ramos para manifestar a sua total discordância pela questão exposta, afirmando que, na sua opinião, é um assunto para o qual a assembleia municipal é completamente impotente para tratar.

Apenas concordaria, se a questão fosse colocada no sentido de interrogar ou a Câmara Municipal ou a Assembleia Municipal, no âmbito das suas competências, quais os meios possíveis de ajudar a idosa lesada.

Ainda sobre a mesma questão, pediu para intervir o eleito Sr. José Grulha afirmando que a intenção da eleita pela CDU foi de denúncia de uma situação lastimável em que, à semelhança desta idosa, muitos outros idosos se encontram por todo o nosso país, devido aos cortes impostos por este governo, na área social.

Pediu de novo a palavra a eleita pelo PSD dizendo que é estranho que a Câmara destina, em orçamento para este ano, verbas idênticas para apoio social e para publicidade, apesar de manifestar preocupação com as famílias mais carenciadas.

Ainda no período antes da ordem do dia, interveio a eleita Sra. Celeste Leirias para apresentar, em nome da bancada da CDU, uma saudação ao 4.º Aniversário da Revolução de Abril e ao Dia do Trabalhador, a qual se transcreve de seguida:

“Comemoramos este ano o 40.º Aniversário da Revolução de Abril, realização histórica do povo português, ato de emancipação social e nacional.

O 25 de Abril de 1974, desencadeado pelo heroico levantamento militar do Movimento das Forças Armadas (MFA), logo seguido de um levantamento popular, transformou profundamente toda a realidade nacional.

40 anos depois, Portugal vive um dos mais graves períodos da sua história, o mais difícil desde os anos negros do fascismo. Um período de confronto política com o 25 de Abril e com aquilo que representou de conquistas, de realizações e transformações sociais.

Portugal vive uma grave e profunda crise económica e social. Agrava-se a exploração dos trabalhadores e a degradação dos seus direitos, limitam-se as liberdades do povo português, empobrece o País, milhares de portugueses são empurrados para o desemprego e a emigração, a Constituição da República é subvertida e é posto em causa o futuro de Portugal e dos portugueses.

Indiferente à importância que o Poder Local representa para as populações e para a resolução de muitos dos problemas que as afetam no seu quotidiano, o governo pôs em curso um verdadeiro programa de subversão do Poder Local Democrático, numa nova e mais despidorada tentativa de concretização da velha ambição de ajustar contas com uma das mais importantes conquistas de Abril.

O Poder Local é parte integrante do regime democrático e do seu sistema de poder. É uma conquista que viu consagrada na Constituição da República os seus princípios democráticos.

O Poder Local Democrático afirmou-se, operando profundas transformações sociais e teve intervenção na melhoria das condições de vida das populações e na superação de enormes carências.

As comemorações dos 40 anos da Revolução de Abril devem ser também, tempo para afirmar a indignação e recusa pelo que estão a fazer ao nosso povo, ao nosso país, ao Poder Local Democrático, à sua história e ao seu futuro. Um momento de resistência e luta contra esta ofensiva que pretende ajustar contas com Abril, agredindo a democracia, a liberdade, a paz e o desenvolvimento de Portugal.

Devem ser um momento para a convergência e unidade dos patriotas, dos trabalhadores e do povo português, em defesa dos valores de Abril e da Constituição da República.

A Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo, reunida a 29 de Abril de 2014,

Saúda: O 40º aniversário da Revolução de Abril de 74 ;

Saúda: Os montemorenses que persistem na luta em defesa dos valores e conquistas de Abril e da Constituição da República Portuguesa;

Saúda: O 1º de Maio, dia do trabalhador, e neste dia, os trabalhadores, desempregados e reformados, que no concelho e no País, lutam pelos seus direitos e resistem contra a ofensiva destruidora do governo e da Troika.

Apela: Aos autarcas, aos trabalhadores, ao movimento associativo e a toda a população, para se associarem às comemorações dos 40 anos de Abril e do 1º de Maio;"

Acerca do documento apresentado, pediu a palavra o eleito Sr. Carlos Zorrinho, para afirmar que a bancada do PS irá votar favoravelmente, mas apenas as conclusões.

De seguida, a Sra. Presidente da Assembleia retomou a palavra para colocar à votação a saudação apresentada, a qual foi aprovada por maioria, com duas abstenções do PSD e do CDS-PP.

Pediu a palavra o eleito António Xavier para apresentar uma declaração de voto, a qual se transcreve de seguida:

Moq ue so fi

“Eu, António Luis Pinto Xavier, decidi abster-me uma vez que não concordo com os fundamentos apresentados no texto anterior às pretendidas saudações. No entanto, não poderia nunca votar contrariamente às saudações pretendidas pelo documento.”

Pediu para intervir o Sr. Presidente da União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre, José Maria Fernandes, para falar sobre o voto de protesto aprovado na reunião de Assembleia de Freguesia, referindo que o documento representa a vontade da maioria da população. Como Presidente do Executivo manifesta grande preocupação pela atual situação das estradas. Mais referiu que, por parte do Município, seja efetuada uma intervenção a curto prazo, considerando-se uma questão prioritária, a obra de ampliação do Cemitério de Cortiçadas de Lavre.

Pediu a palavra o eleito Sr. José Grulha para informar que há cerca de uma semana, num ato de vandalismo, foram partidos vários vidros das janelas quer nos wc's masculinos, quer nos femininos, situados no Parque Urbano.

Interveio de seguida a Sra. Presidente da Câmara Municipal para responder às questões colocadas. Em resposta às questões colocadas pelo eleito Augusto Pascoal informou que relativamente à obra do Cemitério de Cortiçadas de Lavre continuam a decorrer as negociações sobre a aquisição dos terrenos, pois em caso de divergência terá que se avançar para um processo de expropriação por utilidade pública, o que tornará o processo ainda mais moroso, no entanto pensa-se que a muito curto prazo esta questão esteja resolvida. No que respeita à reparação das estradas, informa que não está prevista verba suficiente para realizar o investimento que necessitavam, devido essencialmente aos cortes orçamentais, mas apenas garantir algumas intervenções de conservação. Afirmou ainda que está prevista a instalação da ETAR de Lavre, no âmbito da parceria realizada com as Águas Públicas do Alentejo.

Quanto à questão colocada pelo eleito Sr. António Xavier informa que as águas das Piscinas Cobertas são regularmente analisadas, não havendo conhecimento de qualquer problema.

Em relação ao pedido de informação sobre o cartão Mor Solidário, informou o eleito que está ser feita uma reformulação da página da Câmara Municipal de modo a facilitar a sua consulta. No entanto, poderá encontrar a informação pretendida dentro do separador referente à Atividade Municipal na área da Ação Social. Quanto à recomendação à Câmara Municipal informou que vai ser analisada a proposta apresentada. No que diz respeito ao pedido de informação prévia sobre os trabalhos em cursos nas freguesias, considera também ser o procedimento normal, a existência desse contacto. Relativamente ao episódio de vandalismo ocorrido nos wc's do Parque Urbano, informou os presentes que estão ser tomadas as medidas para resolução dos danos causados.

Encerrado, o período antes da ordem do dia, a Sra. Presidente da Assembleia informou que irá passar ao primeiro ponto da ordem de trabalhos.

1º. Ponto – Criação do Conselho Municipal de Educação e Eleição do Presidente da Junta de Freguesia para o Conselho Municipal de Educação

Sobre este ponto, pediu a palavra o eleito António Danado para sugerir que se façam duas votações distintas. Uma votação para criação do Conselho Municipal de Segurança e outra para eleição do presidente de Junta de Freguesia.

a) Criação do Conselho Municipal de Educação

No que se fez

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

b) Eleição do Presidente da Junta de Freguesia para o Conselho Municipal de Educação
Deliberação: Em alternativa foram colocadas à votação, a lista “A” apresentada pelos eleitos do PS, tendo como proposta a Sra. Presidente da Junta de Freguesia do Ciborro e a lista “B”, apresentada pelos eleitos da CDU, tendo como proposta o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras. Em resultado da votação, a Lista “B” registou 15 votos favoráveis contra 11 votos a favor da lista “A”. Foi eleito o membro Sr. António Danado, como Presidente de Junta de Freguesia a integrar o Conselho Municipal de Educação.

2º. Ponto – 1ª. Revisão Orçamental/2014

Sobre este ponto, a Sra. Presidente da Câmara Municipal informou que esta revisão está relacionada com a integração do saldo da conta de gerência, respeitante ao ano de 2013, de acordo com a proposta aprovada pela Câmara Municipal.

E não havendo mais pedidos de intervenção a Sra. Presidente da Assembleia colocou à votação o documento.

Deliberação: Aprovada por unanimidade

3º. Ponto – Retificação à Tabela de Taxas e Licenças

Relativamente a este ponto, a Sra. Presidente da Câmara referiu que de acordo com a proposta apresentada pretende-se que sejam aprovadas algumas correções à Tabela de Taxas e Licenças, aprovada na Assembleia Municipal de Dezembro de 2013 assim como a sua republicação.

E não havendo, mais nenhuma questão sobre o referido ponto, a Sra. Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a proposta apresentada.

Deliberação: Aprovada por unanimidade

4º. Ponto – Autorização Prévia/Compromissos Plurianuais

Sobre os documentos distribuídos, a Sra. Presidente da Câmara informou que todos os procedimentos plurianuais, de acordo com a lei, carecem de autorização da Assembleia Municipal.

4.1- Aquisição de serviços na área dos seguros

Sobre esta proposta, a Sra. Presidente da Câmara informou que está relacionada com os seguros obrigatórios que a Câmara tem que dar cumprimento.

E não havendo mais pedidos de intervenção a Sra. Presidente, colocou a votação esta alínea.

Deliberação: Aprovada por unanimidade

4.2 – Fornecimento de energia elétrica em Baixa Tensão Normal (BTN), Baixa Tensão Especial (BTE) e Média Tensão(MT)

No que respeita a esta proposta, informou que tem a ver com a necessidade de aquisição no mercado, dos serviços de fornecimento dos diferentes tipos de energia, em virtude do fim do mercado regulado.

Não havendo mais intervenções, sobre este ponto, a Sra. Presidente colocou à votação esta alínea.

Deliberação: Aprovada por unanimidade

5º. Ponto – Proposta de Prestação de Contas e Aplicação de Resultados Líquidos do Exercício de 2013

Acerca deste ponto, a Sra. Presidente da Câmara Municipal, referiu que o ano de 2013, ficou marcado pela continuidade das políticas de austeridade do memorando assinado com a Troika, pela legislação de ataque aos trabalhadores, pela retirada de verbas às autarquias locais e por um ambiente de regressão económica e social que atingiu, de um modo geral, todas as classes etárias, no nosso concelho.

Ainda no uso da palavra, a Sra. Presidente da Câmara afirmou que em dois mil e treze teve início a aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em atraso. Foi ainda publicado o novo Regime Jurídico das Autarquias Locais, o Estatuto das Comunidade Intermunicipais, a nova Lei de Finanças Locais e a aplicação imposta do novo modelo de Organização do Território. Decorreu ainda em 2013, o final do anterior mandato e o início do atual.

Da análise do documento, realça que do ponto de vista financeiro regista-se um acréscimo de execução do PPI relativamente ao ano anterior. Também o Plano de Atividades teve uma execução superior, comparativamente a 2012.

A Câmara Municipal cumpriu, de uma forma geral, a obrigatoriedade de redução de pagamentos em atraso, de acordo com as exigências da lei.

Sobre este ponto da ordem de trabalhos, pediu a palavra o eleito Sr. Joaquim Galvão afirmando que a sua apreciação dos documentos distribuídos revela uma estabilidade económica e financeira. Enumerou alguns investimentos comparticipados, realçando a importância dos fundos europeus, sem os quais, na sua opinião, a Câmara não conseguiria concretizar as referidas obras.

Refere ainda que o documento não apresenta qualquer valor em execução orçamental destinado ao programa de parceria pública de abastecimento de água e saneamento básico.

Questiona de seguida, o mesmo eleito, porque é que a Câmara insiste em manter a taxa máxima de IRS e a taxa máxima de derrama, o que, na sua opinião, vem penalizar ainda mais os montemorenses. Afirma ainda, que a bancada do PS se vai abster na votação deste ponto.

Ainda sobre o ponto em discussão, pediu para intervir o eleito Sr. Guilherme Franco dizendo que da sua análise ao documento quer destacar que apesar dos cortes orçamentais, que se têm verificado nos últimos anos (desde 2010), a Câmara conseguiu, ainda assim, manter uma estabilidade financeira.

Na sua opinião, a cidade mantém um atividade económica, social e cultural bastante elevada, sendo essa uma imagem reconhecida, onde quer que se fale de Montemor-o-Novo. Congratulou também o executivo camarário pela celebração de Protocolos de Descentralização de Competências com as Juntas de Freguesia do Concelho, pelas obras do Programa “Pedra a Pedra”, pela Construção do Centro Escolar e pelo apoio concedido para ampliação do Quartel do Bombeiros. Em suma, refere que houve um decréscimo da dívida e das despesas correntes e uma elevada realização de projetos.

Pediu a palavra o eleito Sr. José Grulha para esclarecer os presentes sobre a posição do PCP e da CDU relativamente à União Europeia, referindo que são contra as políticas praticadas e que Portugal está cada vez mais dependente e condicionado, afetando gravemente a nossa agricultura e pesca.

Retomou a palavra a Sra. Presidente da Câmara Municipal, afirmando que tem sido a gestão económica e financeira cuidada que tem possibilitado a execução de grande parte dos projetos, assim como a captação de investimento da União Europeia. E não havendo mais intervenções, a Sra. Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a proposta apresentada.

Deliberação: Aprovada por maioria, com quinze votos a favor dos eleitos da CDU e onze abstenções do PSD, do PS e do CDS.

6º. Ponto – Proposta de Alteração à Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (Avenida/Antigo Campo da Feira)

Pediu a palavra, a Sra. Presidente da Câmara informando que a proposta em análise, tem a ver com uma alteração à Delimitação da Área de Reabilitação Urbana, aprovada em 2013, que permita promover o alargamento da sua área de intervenção, de modo a complementar o eixo comercial da Avenida Gago Coutinho e incluir também todo o espaço abrangido pela Rua Poço do Passo, Rua 5 de Outubro e Rua de Avis, de modo a poder viabilizar as intervenções nestas áreas, através de financiamentos comunitários. Sobre este ponto da ordem de trabalhos, pediu a palavra o eleito Sr. António Xavier dizendo que a documentação recebida é pouco perceptível, relativamente à alteração que se pretende introduzir.

E não havendo mais intervenções, a Sra. Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a proposta apresentada.

Deliberação: Aprovada por unanimidade

7º. Ponto – Informação da Atividade da Câmara Municipal

Para além da informação expressa no documento enviado, a Sra. Presidente da Câmara fez referência ainda a uma iniciativa que teve lugar no dia de hoje, relativa à eleição do Conselho Executivo da Rede Corredor Azul, para o ano de 2014 e uma apresentação Pública com a presença de todos os Municípios que integram esta Rede, cujo objetivo é a promoção integrada deste território do Alentejo.

Pediu a palavra de seguida a eleita Sra. Sónia Ramos para questionar a Sra. Presidente da Câmara se tem alguma resposta à questão formulada, na sessão anterior, sobre os valores das contas das obras, na freguesia de Ciborro, que terão sido discutidos em reunião de Câmara a que faz referência a ata de 13 de setembro de 2013.

Interveio de seguida a Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Cabrela para questionar a Sra. Presidente da Câmara para quando estará prevista a automatização do sistema de abastecimento de água à freguesia. Relativamente a esta questão a Sra. Presidente da Câmara informou que estão a decorrer os procedimentos necessários. Foi seguidamente lida a minuta da ata e colocada à votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade.

A Sra. Presidente deu a sessão por encerrada pelas vinte e três horas e dezanove minutos.

A Presidente da Assembleia Municipal



Profª. Vitalina Roque Sofio